



PARECER DA PROCURADORIA JURÍDICA

Síntese do Processo

Trata-se de parecer jurídico suscitado pelo Presidente dessa Casa de Leis, para contratação de pessoa jurídica para fornecimento de pilha alcalina AA para a Câmara Municipal de Vereadores de Santa Helena.

O processo administrativo em destaque se consolida via dispensa de licitação nº 15/2024, de acordo inciso II, art. 75 da Lei 14.133 de 2021, em função do valor, e por se tratar de bens e serviço comuns, com base no menor preço por item, inferiores a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos), valor atualizado pelo Decreto nº 1.871/2023.

Do plano de contratações anual - Disponibilidade e adequação orçamentária e financeira

No que concerne a fase instrutória do processo de licitação em comento, na denominada fase preparatória, se comprova a possibilidade de contratação de pessoa jurídica para fornecimento de pilha alcalina AA para a Câmara Municipal de Vereadores de Santa Helena, tendo em vista estar contido no plano de contratações anual-PCA-2024.

Observa-se que na fase do PCA realizou-se o planejamento prévio, levando em consideração as necessidades e demandas para o próximo ano, pois se comprova via publicação do Plano de Contratações Anual 2024 no Diário Oficial Eletrônico do Município de Santa Helena bem como sua alteração.

Nesse sentido foi considerado a prelácia da Lei nº 14.133/2021 ao cumprir de forma categoria o plano de gerenciamento das contratações (PGC) descrevendo detalhadamente todas as etapas do processo de contratação ao longo do ano de 2024, com estratégias, metodologias, processos e ferramentas amplamente utilizadas nas fases do processo em andamento.

No que concerne a disponibilidade e adequação orçamentária e financeira, o setor contábil declarou a existência de previsão orçamentária de previsão de recursos orçamentários, para assegurar o pagamento das despesas relacionadas ao objeto indicado acima, consoante da disponibilidade de dotação orçamentária para a tal finalidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA HELENA

ESTADO DO PARANÁ – CNPJ 77.881.449/0001-30

Denota-se que a hodierna despesa preenche os requisitos exigidos pela Lei Complementar nº 101/00, precipuamente os contidos nos artigos 16 e 17, cuja a despesa não ultrapassa os limites estabelecidos para o exercício de 2024.

Do documento de formalização de demanda - DFD

No que tange ao documento de formalização de demanda, denota-se que foi preenchido de forma correta, com extrema eficiência as diretrizes necessárias para a formação de demanda nas contratações públicas, posto que observou-se as disposições da nova Lei de Licitações e contratos administrativos, descrevendo o Requisitante/Demandante; o nome completo do órgão ou entidade demandante; contato do responsável pela demanda (nome, e-mail, telefone); descrição do objeto; justificativa, quantidade de serviço; estimativa total de preços referenciais; previsão data em que deve ser iniciada o fornecimento objeto; indicação da equipe de planejamento e responsáveis pela fiscalização, em atendimento ao princípio da segregação de funções; assinatura do responsável pela formalização da demanda e conteúdo do documento; e assinatura do Presidente de Câmara Municipal com a autorização e ratificação.

Da pesquisa de preços de mercado

Na fase de pesquisa de preços de mercado o responsável realizou as pesquisas conforme o preconizado no artigo 23, da Lei nº 14.133/2021, buscando referências no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNPC; consultas a contratações similares de outros órgãos públicos; consulta a mídia especializada, tabela de referência, sítios eletrônicos; e pesquisa direta com fornecedores;

O valor que sedimenta a aquisição/contratação foi extraído da pesquisa de preços de mercado, com o custo estimado no total da contratação, tendo como referência o cálculo da mediana do item contado:

Item	CATMAT /CATSER	Quantidade	Unidade e de Medida	Especificação da descrição	Valor Unitário	Valor Total
01	368172	80	Un.	Pilha ALCALINA AA, de primeira linha, embalagem contendo 4 unidades. Deverá constar na embalagem a data de fabricação e prazo de validade, que deverá ser de, no mínimo, 10 (dez) anos. No ato da entrega do produto, poderão ter transcorrido, no máximo, 90 (noventa) dias da data de sua fabricação. Marca de referência: Duracell, Rayovac ou equivalente ou superior qualidade.	R\$ 18,00	R\$ 1.040,00
Valor total estimado da contratação					R\$ 1.440,00	



Do Estudo Técnico Preliminar –ETP

O estudo técnico preliminar é uma etapa crucial no processo de licitação, pois visa analisar e detalhar as especificações técnicas do objeto a ser licitado e justificativa.

Compulsando o processo verifica-se foram observados na elaboração do estudo técnico preliminar, as informações básicas do objeto com sua descrição detalhada. A descrição foi apresentada de forma clara, precisa e abrangente, contemplando todos os requisitos técnicos e funcionais que o objeto deve atender.

Ademais, importante ressaltar que a contratação direta da dispensa eletrônica sob o nº 12/2024, que tinha como um dos itens do objeto, a contratação de pessoa jurídica para fornecimento de pilha alcalina AA, processo administrativo nº 18/2024, as pilhas não foram adquiridas, posto que o item acima citado ficou fracassado, pois, nenhum proponente atendeu a especificação.

Nesse viés, foi descrito as necessidades e expectativas da Câmara Municipal, com motivação como se observa a literalidade do texto do ETP:

A Câmara Municipal de Vereadores de Santa Helena tem como objetivo fornecer um ambiente de trabalho propício e eficiente para seus servidores, colaboradores e vereadores, a fim de garantir o pleno funcionamento de suas atividades legislativas e administrativas. No entanto, para atingir esse objetivo, é fundamental contar com o fornecimento de pilhas.

A presente aquisição será para uso nos aparelhos eletrônicos, tais como: microfones, mouses, teclados e relógio de parede. As pilhas se tornam essenciais para suprir as demandas diárias da Câmara Municipal, é indispensável para garantir o desenvolvimento das atividades cotidianas, mantendo os aparelhos eletrônicos em funcionamento.

Portanto, a necessidade da Câmara Municipal em contratar uma pessoa jurídica para fornecer as pilhas visa atender às exigências operacionais, promover a eficiência no desempenho das tarefas e garantir a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos santahelenenses. Essa ação está alinhada com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, de modo a assegurar o interesse público e o bom funcionamento do órgão legislativo municipal.

No aviso de contratação direta da dispensa eletrônica sob o nº 12/2024, processo administrativo nº 18/2024, as pilhas não foram adquiridas, tendo em vista, que o item ficou fracassado, vez que nenhum proponente atendeu a especificação.



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA HELENA

ESTADO DO PARANÁ – CNPJ 77.881.449/0001-30

Como base no exposto é certo reconhecer que, a contratação deste serviço é típica de execução de forma continuada conforme preceitua art. 6 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pois caracteriza-se pela impossibilidade de sua interrupção ou suspensão, sob pena de acarretar prejuízos ou danos insuperáveis às ações de atribuições deste órgão público, especificamente no tocante a sua atividade-fim.

Do Termo de Referência

No que tange ao termo de referência denota-se a descrição detalhada do objeto a ser realizado via dispensa eletrônica, incluindo suas especificações técnicas, quantidade, prazo de entrega, local de entrega, dentre outros detalhes relevantes.

Sobre a análise da habilitação do processo em destaque, foram estabelecidas as condições de habilitação para a participação no certame, com critérios objetivos que devem ser observados pelos licitantes e discorre sobre a documentação necessária para participar da dispensa eletrônica, entre os quais a habilitação jurídica e de regularidade fiscal e o atestado de capacidade.

Da minuta do edital

Acerca da minuta do edital, denota-se que o agente de contratação elencou os elementos da fase preparatória da licitação pública, previstos no artigo 25 da Lei nº 14.133/2021:

Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

Destarte, a minuta do Edital estabelece a modalidade dispensa eletrônica, cujo objeto atendendo o disposto no inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021.

Da minuta do contrato

No que concerne à minuta do contrato, após análise detida de suas respectivas disposições, conclui-se estar adequado e dotado de regularidade, eis que estabelece, com clareza e precisão, as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definem os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam, cumprindo as imposições expressas ao artigo 92 da Lei nº 14.133/21 a seguir:

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam: I - o objeto e seus elementos característicos; II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta; III - a legislação aplicável à

Página 4 de 6



execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos; IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento; VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento; VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso; VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica; IX - a matriz de risco, quando for o caso; X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso; XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso; XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento; XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso; XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo; XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso; XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta; XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz; XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento; XIX - os casos de extinção. Portanto, a minuta do contrato encontra-se com as cláusulas mínimas devidamente amparadas na Lei nº 14.133/2021, em especial por se tratar de objeto rotineiro, sem aferição de riscos aparentes para a Administração Pública e não se enquadrando como contratação de alto valor’.

Nesse viés, chancela-se que estão presentes na minuta do contrato, os dispositivos elencados no artigo 92 da Lei nº 14.133/21.

Conclusão

Ante o exposto, conclui-se, que estão presentes os pressupostos de regularidade jurídica dos autos, opina e pela possibilidade da modalidade de dispensa eletrônica para contratação de pessoa jurídica para fornecimento de pilha alcalina AA para a Câmara Municipal de Vereadores de Santa Helena.

Ante o exposto, opina a Procuradoria Jurídica pela regularidade da modalidade adotada, visto que, até o presente momento, foram cumpridos todos os



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA HELENA

ESTADO DO PARANÁ – CNPJ 77.881.449/0001-30

requisitos exigidos legalmente, recomendando-se a continuidade do presente processo administrativo.

Santa Helena, 14 de novembro de 2024.

MOISÉS LEVI GIOVANELLA
PROCURADOR JURÍDICO
OAB-PR Nº 35802